

GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

A ascensão do governo Chávez na Venezuela e sua relação com os movimentos sociais

Lucas da Trindade Moura¹

Resumo. Este trabalho traz os primeiros apontamentos acerca da pesquisa sobre a relação entre estado, governo e movimentos sociais, utilizando como estudo de caso a ascensão ao poder, assim como o governo, de Hugo Chávez na Venezuela. Os movimentos sociais modernos na Venezuela são organizados a partir do estado, após a tentativa de golpe que sofre o governo de Chávez no ano de 2002. Esta pesquisa parte da hipótese de que falta autonomia nos movimentos sociais que surgem a partir da ascensão desse governo, sendo estes apenas mecanismos de manutenção do poder. Identificamos o governo Chávez como um governo "pós-neoliberal". Estes governos surgem num contexto de crise do neoliberalismo junto com uma crise da democracia representativa na América Latina. Este trabalho vem discutir a ascensão ao poder do presidente Hugo Chávez na Venezuela assim como os primeiros desdobramentos de seu governo.

Palavras chave: Chávez, Revolução bolivariana, Estado.

Introdução

A América Latina vive, desde o seu suposto "descobrimento" até os dias atuais sob um processo de dominação por parte, primeiramente, dos países europeus e posteriormente, dos Estados Unidos da América. A as lutas por libertação da América latina no século XIX se deram, principalmente devido a liderança de fração de sua elite agrária que, ao estudar na Europa, voltavam imbuídos das ideias liberais que estavam em ascensão. A exceção a este caso é o Brasil, que teve sua independência decretada pelo príncipe regente, representante do governo da colônia, mas também imbuído por princípios liberais.

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual da Paraíba, Bacharelado em Ciências Políticas e Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande.

Esta aristocracia que lutou a dois séculos pela independência passou a figurar nos livros de história como heróis que através de sua força e coragem libertaram a nação do domínio colonial. Dentre esses heróis está Simón Bolívar, tido como o grande responsável pela independência de seis países da América Latina: Bolívia (que teve o nome em sua homenagem), Colômbia (nome dado por Bolívar, em homenagem a Cristóvão Colombo), Equador, Panamá, Peru e Venezuela (onde nasceu, na capital Caracas). Seus ideais de independência e união latino americana irão, dois séculos depois da independência, influenciar a criação de um setor nacionalista do exército venezuelano, o "Movimiento Bolivariano Revolucionário 200 (MBR-200), liderado pelo então Tenente-Coronel Hugo Rafael Chávez Friaz.

Este trabalho surge como os primeiros apontamentos acerca da problemática da relação entre governo e movimentos sociais na Venezuela. Faz parte de nosso projeto de pesquisa, ligado ao programa de pós graduação em Ciências Sociais da UFCG e ao Grupo Práxis, com o projeto de pesquisa "Os governos 'pós-neoliberais' na América Latina (1999-2009): uma análise comparativa. As relações entre Estado, poder político, movimentos sociais, políticas públicas e 'ilusão' desenvolvimentista", que é orientado pelo Professor Gonzalo Adrián Rojas.

1. Movimento Bolivariano Revolucionário 200: luta pelo poder.

O MBR-200 foi um movimento nacionalista de cunho militar que tinha como objetivo derrubar o governo da Venezuela e instituir um novo governo. Este movimento tinha um objetivo principal: instituir uma nova constituição a Venezuela, constituição esta em que houvesse mais justiça social em contraposição ao estado de extrema corrupção por que passava as instituições públicas desse país. Esta reivindicação poderia causar estranheza aquele que não se debruce sobre a temática da luta de classes na Venezuela, já que este país, por muito tempo foi considerado "a democracia mais consolidada da América Latina", um país onde existia um pacto entre os partidos para garantir o respeito a democracia, o pacto de Punto Fijo.

O puntofijismo não garantia apenas que os partidos que perdessem um processo eleitoral respeitasse o vencedor. Se tratava de uma aliança de diversas frações da burguesia para garantir a estabilidade econômica e política do capitalismo na Venezuela. Desta forma o pacto não garantia exatamente as liberdades democráticas, e sim a alternância no poder entre

os principais partidos da burguesia, com destaque a AD (Acción Democrática), representante da social democracia Venezuelana, e ao COPEI (Comité de Organización Política Electoral Independiente), representante da democracia cristã. Dentro deste panorama o Partido Comunista da Venezuela (PCV) foi excluído deste pacto, segundo Núnzio Amenta “indubitavelmente porque não era do agrado dos Estados Unidos”². Exatamente por essa hegemonia dos dois partidos que o sistema político foi apelidado de “graviola”, fruto de casca verde e interior branco (a cor tradicional do COPEI é verde e da AD é branco).

Estes partidos irão desenvolver políticas públicas centradas na renda petroleira (o que era funcional ao modelo de acumulação produtiva), aliado a um conjunto de políticas neoliberais que afundou o povo Venezuelano na miséria. Além do mais as instituições políticas afundaram na corrupção: empresas foram privatizadas a baixíssimos preços e quando funcionavam plenamente, ao mesmo tempo em que a fortuna dos políticos cresciam em ritmo vertiginoso, como é o caso da privatização da Viasa (Venezolana Internacional de Aviación, Sociedad Anónima), no segundo mandato de Carlos Andrés Pérez Rodríguez (AD), por recomendação do FMI. Segundo Núnzio Amenta, “Esta venda deu-se quando a Ibéria [companhia aérea espanhola] estava endividada até o osso e a Viasa estava em atividade, funcionando muito bem, não havia tido nunca acidentes e em seus aviões havia um serviço impecável”³.

O alto índice de exploração e conseqüente concentração de renda gerou em 27 de fevereiro de 1989 uma grande revolta popular, denominada Caracaço. Através de um novo pacote econômico do governo Perez, houve um grande aumento do preço dos combustíveis, o que encareceu não só o transporte em veículos particulares como o transporte coletivo. O povo pobre de Caracas, que não entendia porque um país que era grande produtor de petróleo aumentava o preço dos combustíveis, desceu os morros saqueando e destruindo tudo o que se encontrava. A fúria das pessoas se manifestou de forma espontânea: o Caracaço não se trata de uma revolta organizada por um partido político, sindicato ou movimento social no geral, e sim de um levante popular completamente autônomo, fruto da revolta do povo pobre diante da situação de pauperismo em que eram obrigados a viver. O movimento foi reprimido a balas de fuzil: o exército venezuelano, por ordem de Carlos Andrés Pérez, assassinou e feriu milhares e muitos revoltosos simplesmente desapareceram. Mesmo assim, após o Caracaço,

² AMENTA, 2010. P. 14.

³ Ibidem, P. 18.

as manifestações populares de massa se tornaram recorrentes na Venezuela⁴, sempre espontâneas e contra aumentos de preços, contra a alta de preços e pela melhoria dos transportes coletivos etc.

O levante acaba sendo a força que precisava para o MBR-200, que há anos já planejava um golpe de estado com a finalidade de revogar a constituição e colocar em seu lugar uma outra mais democrática, finalmente marcar uma data para sua "revolução": o dia quatro de fevereiro de 1992. O MBR-200 deu ao golpe o nome de operação Zamora⁵.

A operação teve relativo sucesso em todo o país, mas falhou no ponto mais importante: a capital Caracas. Sabendo que, em tal altura, era impossível tomar o poder, o agora preso Tenente-Coronel Hugo Chávez, através de uma transmissão no canal governamental, chama o MBR-200 a depor suas armas, ao que é prontamente atendido. No entanto, aquela figura, que fisicamente se aparentava com o povo pobre venezuelano falava na televisão: "Companheiros, lamentavelmente, por enquanto, não conseguimos tomar o poder". Estas palavras, "por enquanto", iriam ficar na cabeça do povo venezuelano. Chávez é preso na penitenciária de Yare nos Vales do Tuy.

Um senador vitalício do COPEI chamado Rafael Caldera Rodríguez começou então uma campanha de difamação ao governo: dizia que os golpistas iriam matar o presidente e que o golpe foi causado pela profunda crise por que passava a democracia Venezuelana. Obviamente, identificou a pessoa de Andrés Pérez com todos esses males. Para completar o clima de insegurança no governo, ainda em 1992 acontece uma segunda tentativa de golpe de estado, não organizada pelo MBR – 200 (mas com o apoio dos que não estavam presos), mas por grupos civis-militares. No geral este golpe foi ainda mais desastroso que o primeiro e foi reprimido no mesmo dia, não sem antes aprofundar o clima de instabilidade que abatia o governo. Em 1993 foi aprovado o impeachment de Carlos Andrés Pérez, e no mesmo ano Rafael Caldera é eleito presidente.

2. A crise política avança, uma velha força ressurge.

A política quanto as tentativas de golpe de 1992 é de silêncio. A estratégia é não fazer grandes alardes na esperança que o povo o esqueça. Desta forma, processos contra os

⁴ ROSA, F. B. 2012.

⁵ Ezequiel Zamora foi um militar e político venezuelano. Foi um dos principais protagonistas da Guerra federal, liderando os liberais contra os conservadores. É considerado um herói nacional, seus restos mortais se encontram no Panteão Nacional em Caracas.

golpistas são encerrados e militares tem como punição apenas sua expulsão das forças armadas. Em 1994 o presidente Caldera liberta todos aqueles que ainda estavam presos, dentre eles, Hugo Chávez.

No ano de 1998 acontecem eleições presidenciais na Venezuela. Os partidos tradicionais (AD e COPEI) não conseguem colocar candidatos fortes. A AD candidata Luís Alfaro Uceró, um dos "pais fundadores" do partido. O COPEI apoia a candidatura de Irene Lailin Sáez Conde (sem partido⁶), Cientista Política de formação, mais conhecida por ter sido vencedora do concurso Miss Universo no ano de 1981. A grande surpresa é a candidatura de Hugo Chávez que se apresenta pelo MVR (Movimiento V República⁷, partido fundado pelo próprio Chávez em 1997), obtendo apoio do MAS (Movimiento Al Socialismo), MEP (Movimiento Electoral Del Pueblo), PCV (Partido Comunista de Venezuela) e PPT (Pátria Para Todos). Há ainda uma candidatura forte, a de Henrique Salas Römer pelo novíssimo partido PrVzla (Proyecto Venezuela, fundado em 1998).

Quando saem as pesquisas de opinião, a direita Venezuelana entra em alarme: Chávez aparece em primeiro lugar, seguido por Römer. Irene Sáez e Uceró disputam um inexpressivo terceiro lugar. Diante disto a AD retirou o apoio a seu candidato e apoia a candidatura de Römer. Uceró se recusa a sair da disputa, dessa forma seu nome aparecia na cédula de votação, embora seu partido pedisse votos para Römer. Esta ação foi seguida pelo COPEI, que retirou o apoio a Irene Sáez para apoiar também o candidato do PrVzla, ficando claro que, neste momento, impedir Chávez de chegar ao poder era mais importante que conquistá-lo para si.

Talvez essa jogada tivesse surtido efeito maior se não fosse a desastrosa estratégia de campanha de Römer. Foi organizado como último ato de campanha uma caravana de Valência⁸ a Caracas, de uma forma muito peculiar: a cavalo. A caravana, digna de um fidalgo do século XVIII, foi vista pela população como demonstração de riqueza e arrogância.

Como resultado das eleições, foi eleito presidente Hugo Chávez com 56,2% dos votos, seguido por Römer com 39,97%. Irene Sáez só atingiu 2,82% dos votos e Uceró apenas 0,42%.

No dia de sua posse Chávez já envia ao congresso o pedido de instauração de um plebiscito, onde o povo votaria se a constituição deveria ou não ser alterada. Vale salientar

⁶ Era possível na Venezuela sair candidato a cargos públicos mesmo sem pertencer a um partido.

⁷ Chávez identificava que a constituição vigente na Venezuela era a quarta, e a principal proposta de seu partido era a aprovação de uma nova, a quinta constituição. Por isso o partido se chamava movimento quinta (V, em algarismos romanos) república.

⁸ Capital do estado de Carabobo.

que no seu juramento de posse, quando Chávez estava com as mãos sobre a constituição do país, ele se referiu a mesma como "moribunda". Este plebiscito aconteceu em 25 de abril de 1999, onde o povo venezuelano aprovou a constituinte, por aproximadamente 84% contra 10%. A nova constituição foi aprovada também em referendo no dia 15 de dezembro de 1999 com 71,78% dos votos. Esta constituição, além de mudar o nome do país de "República de Venezuela" para "República Bolivariana de Venezuela", foi a primeira a reconhecer os direitos dos povos indígenas, elimina o Senado da República e o cargo de senador vitalício. Vale salientar que esta constituição só permitia a reeleição imediata a qualquer cargo público uma vez, sendo emendada em 2008 para permitir a reeleição imediata indefinida.

Devido a nova constituição uma nova eleição aconteceu no ano de 2000, onde Chávez venceu com 59,76% dos votos. Toda a oposição se uniu na candidatura de Francisco Javier Arias Cárdenas que obteve 37,52% dos votos. Este, é um ex militante do MBR – 200, um dos articuladores, junto a Chávez, da tentativa de golpe de 1992 e filiado também ao MVR, até que rompe com o Chavismo (por "divergências ideológicas"), entra para o partido LCR (La Causa Radical, dissidência do PCV) e concorre contra Chávez⁹.

Logo a Venezuela começa a enveredar por um caminho quase que na contramão da América Latina: enquanto outros países estão com o projeto neoliberal a pleno poder, a Venezuela empreende um programa com elementos nacionalistas, prezando pela melhor distribuição de renda a partir da principal riqueza produzida pelo país: o petróleo.¹⁰ Este recurso é extremamente importante para a economia venezuelana, visto que este país tem uma industrialização tardia, e o Petróleo é responsável por boa parte do superávit venezuelano¹¹. A Venezuela é um país fundamentalmente exportador de matéria prima e pouco industrializado, a extração de combustível fóssil se torna a principal fonte de riqueza do país. Por todo o puntofijismo o controle sobre a PDVSA (Petróleo da Venezuela S/A, equivalente venezuelano a nossa Petrobrás), esteve nas mãos de multinacionais. Chávez empreende um maior controle estatal sobre a empresa no sentido de, com seu superávit, bancar seu projeto de governo.

Formulamos a hipótese de que começa a se constituir na Venezuela uma Burguesia de Estado ou Boliburguesia. Esta, se caracteriza por ter como particularidade nascer no terreno político antes de constituir-se no econômico. Emerge em uma defasagem entre ambos os níveis, de maneira inversa à formação histórica autônoma do resto das frações da burguesia.

⁹ Cárdenas futuramente irá se reconciliar com o Chavismo e hoje compõe os quadros do PSUV.

¹⁰ LOPES, 2012.

¹¹ Em 1998 a indústria respondia por 17,3% do PIB e o petróleo respondia por 19%. Hoje a Venezuela passa por um processo de diversificação na produção, a indústria responde por 14% do PIB enquanto o petróleo representa 10%. Dados do Banco Central da Venezuela: <http://www.bcv.org.ve/>

Como pode cobrir todos os momentos do ciclo geral do capital social, distingue-se conceitualmente da pequena-burguesia do setor público e da burocracia estatal¹².

Desfavorecida, a burguesia compradora¹³ Venezuelana prepara um golpe de estado contra o Governo Chávez que se concretiza em 2002. Através de uma aliança entre os partidos políticos tradicionais (AD, COPEI), a Fedecámaras (Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción de Venezuela, equivalente a nossa Federação das Indústrias), e emissoras particulares de televisão, o exército quebra a institucionalidade e prende Hugo Chávez e anuncia que o mesmo havia renunciado a seu cargo de presidente, juntamente com Diosdado Cabello, seu vice-presidente. O golpe se inicia com a tentativa de desestabilizar o governo, dessa forma a Fedecámaras com apoio da CTV¹⁴ inicia, dois dias antes do golpe, uma greve na PDVSA, esta extremamente noticiada pelas redes de televisão que afirmavam que o governo gerava um caos na economia. A partir de então o exército empreende um golpe, que coloca no poder Pedro Carmona, até então presidente da Fedecámaras. Durante todo o processo, todos os mecanismos de mídia repassaram a versão oficial dos eventos¹⁵.

O povo pobre da Venezuela, sem acreditar na renúncia do presidente, desce os morros em uma grande manifestação popular de massa, e cerca o palácio de Miraflores (palácio do governo). Isso dá aos setores chavistas do exército o empurrão que precisavam para que dessem o contragolpe. Este ponto para nós é de extrema importância: na literatura chavista muitas vezes parece que o presidente retornou ao seu posto devido a, exclusivamente, a luta popular. Não queremos desmerecer a ação do povo pobre de Caracas, que fundamentalmente foram importantes ao instigar as forças de apoio a Chávez a agir, mas é claro que sem a ação do exército o desenrolar da história seria bem diferente. Podemos afirmar com clareza que o golpe não teria sido tão curto.

Pedro Carmona é deposto da presidência quarenta e sete horas após assumir. Chávez, ao retornar ao poder, pede as pessoas nas ruas que voltem a suas casas, ao que é prontamente atendido. No entanto, a partir da tentativa de golpe de 2002 algo novo surge no chamado governo Bolivariano: o apoio popular, que anteriormente era visto como necessário apenas no período eleitoral, torna-se imprescindível para a manutenção do poder. A partir de então não é apenas necessário que o povo apoie o governo, e sim que apoie organizadamente.

¹² Mutti e Segatti, 1979.

¹³ Se caracteriza por ser a fração mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas, atuando como simples intermediária do capital estrangeiro.

¹⁴ Confederación de Trabajadores de la Venezuela.

¹⁵ PONCE, 2011. P. 186.

3. Pressupostos teóricos para análise da Venezuela

Na última década ascenderam ao poder na América Latina um grupo heterogêneo de forças políticas, que poderíamos denominar na falta de um termo mais adequado, de “pós-neoliberais”. Parte-se do pré-suposto que a burguesia não é uma classe homogênea, que tem divisões estáveis que serão denominadas frações¹⁶, e que o bloco no poder é a articulação das frações de classes dominantes sob a hegemonia de uma destas. Estes governos tem sua origem num contraponto a um conjunto de problemas não resolvidos pelo capitalismo na sua fase neoliberal. Alguns destes grupos estão amparados numa forte luta dos movimentos sociais e num crescente desejo de mudança. No caso da Venezuela, país sem forte tradição nos movimentos sociais até a primeira década deste século, o governo se apoia no povo pobre tanto quanto numa parte do exército nacional.

No plano teórico geral, são tomadas como referencia às teorias das classes e política de Poulantzas, entendendo as formações econômico-sociais latino-americanas em suas relações com a cadeia imperialista¹⁷.

A noção governos “pós-neoliberais”, não é uma categoria de análise e será usada como uma figura política, como uma noção flexível, que nos permita diferenciar Chávez de Pérez na Venezuela. Ao formulá-lo como uma pergunta, isso exclui considerar *a priori* que esses governos tenham deixado de ser neoliberais, senão que, por diferentes razões, tendo esgotado em grande medida a “legitimidade democrática tradicional” dessas políticas, devem realizar algumas mudanças nos planos: econômico, político e social e adaptar-se discursivamente, em diferente medida, a uma prédica em termos ideológicos de tom “pós-neoliberal”. Esta noção é preferível, na falta de um conceito melhor, que as de “progressistas” ou “centro-esquerdistas” usados também para caracterizar estes governos¹⁸.

Os principais conceitos teóricos poulantzianos utilizados são fração de classe e bloco no poder, os quais permitem analisar as articulações das burguesias internacionais e nacionais com os governos “pós-neoliberais”. Parte-se do suposto que a burguesia não é uma classe homogênea, que tem divisões estáveis que serão denominados frações e que o bloco no poder é a articulação das frações de classes dominantes sob a hegemonia de uma destas.

¹⁶ MARX, 1974.

¹⁷ POULANTZAS, 1976 e 1999.

¹⁸ BORON, 2006.

As frações burguesas são conceitualizadas como: a) burguesia compradora, que é a fração da burguesia mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas e que atua como uma simples intermediária do capital estrangeiro; b) burguesia nacional, que é uma fração da burguesia com base na formação econômico-social do seu próprio país, que a partir de certo grau e tipo de contradição com o capital estrangeiro ocupa um lugar relativamente autônomo deste na estrutura e na superestrutura ideológica e política, o que gera como efeitos políticos uma posição anti-imperialista e/ou populista; c) burguesia interna, a qual convive com a burguesia compradora e não possui as características estruturais da burguesia nacional, depende do processo de divisão internacional do trabalho dominado pelo capital internacional, mas acumula no interior formação econômico-social de seu país, existem contradições com o capital norte-americano sem poder ser autônomo deste, tenta exercer seus efeitos sobre os aparatos de Estado em suas relações com o mencionado capital; d) burguesia de Estado¹⁹, que tem a particularidade de nascer no terreno político antes de constituir-se no econômico. Emerge em uma defasagem entre ambos os níveis, de maneira inversa à formação histórica autônoma do resto das frações da burguesia. Como pode cobrir todos os momentos do ciclo geral do capital social, distingue-se conceitualmente da pequena-burguesia do setor público e da burocracia estatal.

Há na Venezuela, a ascensão ao poder de um grupo que se pretende inicialmente nacionalista, utilizando a tática do golpe militar (1992), e depois chega ao poder através de um processo democrático em 1998. Este grupo é representativo de uma fração de classe que denominaremos burguesia de estado²⁰ ou boliburguesia.

Após a tentativa de golpe de 2002, a burguesia de estado começa a empreender um projeto de criação de movimentos sociais organizados na Venezuela. Devido a greve dos trabalhadores da PDVSA que antecedeu o golpe e foi organizada pela FEDECÁMARAS juntamente com a central sindical, é criada a UNT (Unión Nacional de Trabajadores), uma central sindical ligada ao MVR (futuro PSUV²¹) em oposição a tradicional CTV (Confederación de Trabajadores de la Venezuela), ligada a AD. Também são criados os círculos bolivarianos, reuniões populares na periferia das cidades com o intuito de esclarecer ao povo pobre quais são seus direitos e deveres, garantidos pela constituição de 1999. Todas

¹⁹ Apesar de ser um conceito polemico será utilizado de forma hipotética, no entanto, até o momento é o melhor que explica a articulação entre a fração de classe e Estado nos governos "pós-neoliberais" da região Andina, principalmente Venezuela.

²⁰ Este noção também deve ser analisada como figura política, mas se pretende enquanto categoria.

²¹ Partido Socialista Unido de Venezuela, fundado no dia 14 de março de 2008. É uma fusão de diversos partidos de esquerda venezuelanos. <http://www.psuve.org.ve/psuv/>

estes movimentos foram criados não só como programa de governo, mas como políticas públicas do estado.

Aqui utilizamos o conceito da Prof. Andréia Galvão sobre movimentos sociais, que parte do pressuposto de que os movimentos sociais não surgem apenas da luta de classes e os define como fatores de politização e de emancipação das trocas sociais. Os movimentos sociais ainda tem como dimensão política os seguintes aspectos: levantam e politizam problemas sociais, recusam a instrumentalização e a submissão a política partidária e institucional e adotam práticas que ampliam o espaço público. Temos conhecimento do trabalho da Prof. Maria da Glória Gohn sobre movimentos sociais, mas não a utilizaremos como referencial teórico para este trabalho porque partimos do pressuposto que os movimentos sociais exacerbam a esfera do civismo, constituindo parte e até expressão da luta de classes.

Percebemos assim, na Venezuela, um processo inverso ao brasileiro: no Brasil os movimentos sociais levam um presidente ao poder, em um momento de baixa das lutas sociais, mas surgido destas. Na Venezuela depois de se chegar ao poder, em um forte momento de crise política, o presidente tem a intenção de criar movimentos sociais organizados a partir do estado. Tradicionalmente os movimentos sociais lutam contra o estado por melhoria das condições de vida da classe trabalhadora ou com pautas específicas, mas no caso analisado temos uma inversão. A partir disto é que se desenvolve o problema desta pesquisa: é possível, através do estado, construir movimentos sociais, respeitando sua autonomia intelectual e de atuação? Ou estes novos movimentos sociais, criados a partir de 2002, são apenas mecanismos de manutenção do poder?

Conclusão

Este trabalho é apenas inicial, e não pretende, de forma alguma extinguir a discussão. Tem como objetivo apenas abrir questionamentos, discussões e análises acerca do tema. Há na Venezuela uma reorganização no bloco no poder, um governo que está inserido dentro de um contexto de lutas sociais que se acirram na América Latina e no mundo, e se faz necessária a observação cautelosa e análise sistemática destes processos.

Após mais de uma década de políticas neoliberais, e da defesa quase incontestada deste modelo que avilta e depõe contra os trabalhadores, temos como resultado a crise do capitalismo mundial em 2008, que gerou importantes manifestações no Chile, Bolívia, Estados Unidos, no Norte da África, Portugal, Espanha, Itália, França, Grécia, Alemanha, Reino Unido, Irlanda do Norte, Islândia entre outros países do globo. Nesse contexto,

governos caem e entram em crise política, seu povo se levanta e pede por uma saída. Não é o que percebemos acontecer na Venezuela, Brasil ou Argentina. Apesar da forte crise econômica que cada vez mais se aprofunda nesses países, os governos continuam com altos índices de aprovação entre sua população. Assim é possível entender que esses governos tem políticas públicas que agradam um grande setor da população, mas, o que é importante notarmos é quais são suas limitações como processos de emancipação social.

Seria, esse “socialismo do século XXI” (socialismo sem socialização da produção, sem contestação da divisão internacional do trabalho, sem expropriação da propriedade privada burguesa etc.) a grande aposta do século XXI? O que podemos afirmar com certeza é que este século está apenas começando.

Referências Bibliográficas

AMENTA, Núnzio Renzo, **A Guerra de Hugo Chávez contra o Colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GALVÃO, A. O Marxismo importa na análise dos movimentos sociais? ANPOCS, Caxambu, 2008.

LOPES, M. O. **Nacionalismo e Bonapartismo do governo Hugo Chávez: A correlação de forças na Venezuela**. VII Colóquio Internacional Marx e Engels.

MARX, Karl Heinrich. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*; In *Os pensadores, Karl Marx*. Abril Cultural: São Paulo, 1974.

PONCE, M. A. Lucha Hegemónica, Democracia y Autoritarismo en el Socialismo del Siglo XXI. In REBON, J. e MADONESI, M. **Una década en movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

POULANTZAS, N. **Las clases sociales en el capitalismo actual**. Madrid: Siglo XXI, 1990.

ROSA, F. B. **O “velho” sujeito histórico e a luta de clases na Venezuela do século XXI**. VII Colóquio Internacional Marx e Engels, 2012.